

OBRIGAÇÃO, INTELIGÊNCIA E LIBERDADE: Bergson e o fundamento da moral

Obligation, intelligence and freedom: Bergson and the bedding of the moral

Silene Torres*

Resumo

Nosso objetivo é mostrar como, para Bergson, a obrigação está na origem da moral. Conseqüentemente, mostrar, em sua investigação, o significado da crítica ao chamado “intelectualismo moral”. Para ele, a constatação do caráter racional da ação moral não significa que a moralidade tenha seu fundamento na razão. No entanto, para além desta crítica, é possível notar uma intervenção indireta, mas fundamental da inteligência: ela é o instrumento e a condição de nossa liberdade.

Palavras-chave: Obrigação, Inteligência, Liberdade.

Abstract

Our intent is showing how, for Henri Bergson, the obligation is in the origin of the morality. Consequently, show, in his investigation, the sense of the critique to the called “moral intellectualism”. For him, a moral action may be rational, but its not wants to say that the morality has the origin in the reason. However, out of this critique, it is possible to see an indirect but fundamental intervention to the intelligence: it is the instrument and the condition to our liberty.

Keywords: Obligation, Intelligence, Liberty.

* Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo.
E-mail: silenetmarques@hotmail.com

O problema da obrigação, na filosofia de Bergson, é investigado no primeiro capítulo de seu último livro (*As duas fontes da Moral e da Religião*). A obrigação, segundo ele, define o problema moral.

Mas ele não remete este problema ao da relação entre uma consciência individual e o dever ou a lei. No caso que nos interessa, isto é, da moral em sua expressão mais simples, seu limite inferior¹, a relação será entre a obrigação e um hábito ou um instinto – espécie de vínculo entre indivíduo humano, sua espécie e sua vida.

“Por que obedecemos?” pergunta o filósofo. Ele não está à procura de um fundamento racional da realidade moral. Antes, investiga a origem desta realidade. A melhor formulação seria então: o que nos faz obedecer? O que nos levar a agir, de tal maneira que não podemos recusar o consentimento? Para Bérson, a resposta é simples: a obrigação social.

A sociedade, segundo ele, adquire os contornos e os traços da natureza. Obviamente, ela não pode ser comparada a um organismo submetido a leis necessárias, uma vez que se constitui de vontades livres. Contudo, a ordem que ela impõe às liberdades é o equivalente à ordem natural para as coisas, o hábito sendo para cada um de nós o que a necessidade é para o fenômeno da natureza. “Deste primeiro ponto de vista, a vida social aparece-nos como um sistema de hábitos mais ou menos fortemente enraizados que respondem às necessidades da comunidade” (982). A maior parte desses são “hábitos de obedecer” (a uma pessoa delegada pela sociedade ou a uma ordem impessoal provinda da própria sociedade, ainda que confusamente sentida ou percebida), e cada um deles exerce uma pressão sobre nossa vontade: por uma razão qualquer, podemos deles nos furtar, mas logo em sua direção somos atraídos, a eles somos reconduzidos. “Uma certa ordem foi perturbada, ela deveria restabelecer-se” (Ibid.). A obrigação é precisamente este sentimento de que seria preciso restabelecer algo que foi perturbado. Em sua forma geral ela se decompõe em um conjunto de hábitos – “o todo da obrigação” - impostos pela vida social.

“Uma sociedade humana é um conjunto de seres livres” (983). Mas esses seres pertencem à sociedade tanto quanto a si mesmos. Podemos ter uma personalidade original e à medida que nos conhecemos mais profundamente perceber o quan-

to ela é incomensurável com as outras e mesmo impossível de ser descrita. Mas é pela superfície de nós mesmos que “estamos em continuidade com as outras pessoas, somos parecidos com elas, unidos a elas por uma disciplina que cria entre elas e nós uma dependência recíproca” (986). É na superfície, onde as outras personalidades também se exteriorizam, que normalmente encontramos em que nos agarrar. E encontramos o equilíbrio² suficiente para escapar às paixões e aos vícios. Quer dizer, a obrigação também nos liga a nós mesmos. Mas nosso eu possui então uma individualidade e uma liberdade aparentes (ou superficial), na medida em que é, na verdade, o reflexo das outras personalidades.

Estamos na sociedade; e a sociedade está em nós. Não saberíamos nos isolar completamente dela. Mais precisamente, não desejaríamos: ela é uma espécie de suporte psicológico, «a maior parte de nossa força vem dela», suas exigências nos mantêm numa direção constante, e encorajados, o que assegura rendimento à nossa atividade; e também não poderíamos, pois a sociedade está imanente à nossa consciência individual e presente em nossa memória, em nossa imaginação, nossa linguagem³ e mesmo nos objetos que nos circundam. É nesse sentido que Robinson habitaria uma ilha povoada por uma humanidade invisível.

Assim, há uma conformação do indivíduo às obrigações impostas pela sociedade. As escolhas que esta lhe impõe, recebem dele um consentimento natural⁴: ele não faz esforço e opta pela que se conforma à regra. Isto é, cumpre sem esforço o caminho que a sociedade traçou para sua vida diária: “seria preciso mais iniciativa para sair fora da rota”.

Ora, isto quer dizer que a consciência livre e individual desaparece quase totalmente, recoberta pelos hábitos sociais; a manifestação de sua liberdade somente sendo possível se esta «rede orgânica de hábitos» for perfurada. Mas não é o caso: há sempre conformidade às regras sociais; nos deixamos levar e assim obedecemos ao dever.

Uma questão então se coloca: Como, a partir do quê, este dever torna-se uma tensão, algo duro e difícil? É quando a obediência torna-se um esforço sobre si mesmo. São casos excepcionais. Nos damos conta “porque uma consciência intensa os acompanha, como acontece em toda hesitação”. Aliás, e isto é fundamental para o pensamento de Bergson: “... a consciência é esta própria

hesitação, o ato que sozinho se coloca em movimento acaba por passar quase despercebido” (990). Ora, a própria noção de duração implica esta idéia de hesitação, como diz Bergson em outro lugar⁵, isto é: durar é elaborar incessantemente o novo, e, não há elaboração sem busca, tampouco busca sem tateamento. A consciência, tanto quanto o ser vivo, vive a temporalidade; portanto, é a própria hesitação.

E o fato é que, mesmo que o dever seja realizado de forma natural, podemos, por exceção, resistir a uma obrigação - levados pela paixão ou pela liberdade; se superamos essa resistência, “um estado de tensão ou de contração se produzirá. É esta rigidez que exteriorizamos quando prestamos ao dever um aspecto tão severo” (992). Nesse caso, o dever desvinculado do hábito apareceria como uma força em disputa com outras forças, mas uma força (tensão) voluntária que assim manifestaria a inteligência e a razão humanas.

Na verdade, esta «resistência à resistência» visa a reconduzir o indivíduo à obediência e à regra: trata-se de um jogo de representações intelectuais que sustentam a obrigação e entram em jogo no momento em que ela se depara com o egoísmo. “Para resistir à resistência, para nos mantermos no caminho certo quando o desejo, a paixão ou o interesse dele nos desviam, devemos necessariamente dar a nós mesmos razões” (992). Que tentem dar conta da obrigação e vencer a resistência. “Mas, do fato de que é por vias racionais que chega-se à obrigação, não se segue que a obrigação tenha sido de ordem racional” (992). O fundamental é que a inteligência dá uma significação consciente à obrigação, ela é um instrumento de nossa liberdade; é esta “consciência” que faz da obrigação uma obrigação, e não uma necessidade. Assim, podemos dizer que a obrigação existe apenas para um ser inteligente⁶, mas não se funda sobre sua inteligência. Em outras palavras, se a moralidade adquire significação com a inteligência, sua essência, no entanto, dela não deriva: a constatação do caráter racional da ação moral não significa que a moralidade tenha seu fundamento na razão.

Para Bergson, o sentimento da obrigação é “um estado tranqüilo e aparentado à inclinação”; ele “não é um fato único, incomensurável com os outros” (991). Isto é, o dever é cumprido facilmente. A resistência ao “dever cumprido facilmente” ocorre quando o indivíduo não se insere comple-

tamente na sociedade, devido a uma oposição natural e interior. É necessário então um certo esforço para o cumprimento do dever, o suficiente para conseguir inserir-se e manter-se no quadro social desejado. Como o cavaleiro que, mesmo que apenas tenha de “se deixar levar; ainda assim, teve de montar a sela” (991). Portanto, não há estado de tensão sobre si mesmo, o que é excepcional, nem tampouco automatismo no cumprimento do dever; o que há é um consentimento virtual, presidido pela inteligência. Ele está ligado ao hábito, mas tem por base uma certa liberdade: mesmo mínimo, é este desvio entre o indivíduo e a sociedade que dá sentido ao sentimento de obrigação.

Contudo, tal como um hábito, a obrigação exerce uma pressão sobre a vontade. Cada uma das obrigações - que separadamente “exige uma explicação por si” - arrasta consigo a totalidade das outras obrigações acumuladas, e ao exercer determinada pressão, utiliza o peso do conjunto (995). Há um todo organizado, o “todo da obrigação”, que é imanente a cada obrigação particular. “Uma força se afirma, que denominamos ‘o todo da obrigação’: extrato concentrado, quinta essência de mil hábitos especiais que contraímos de obedecer às mil exigências particulares da vida social. Ela não é isto nem aquilo; e se ela falasse, uma vez que ela prefere agir, ela diria: É preciso porque é preciso”⁷. Isto é: o “é preciso porque é preciso” não diz respeito à moralidade, mas à natureza; ele é de natureza instintiva, não uma exigência da razão. No homem, ser inteligente e racional, o conjunto de hábitos, “feito de todas as forças acumuladas, de todos os hábitos sociais elementares”, que fundamenta e mantém a existência das sociedades, é uma força comparável à do instinto (996-997).

Um instinto virtual. Pois nenhuma obrigação particular deve ser relacionada a um instinto. Contudo, “o todo da obrigação teria sido do instinto se as sociedades humanas não fossem de algum modo lastreadas de variabilidade e de inteligência” (998). No fundo da obrigação moral percebemos, por transparência virtual, uma necessidade comparável ao instinto social da formiga e à causa pela qual cada tecido ou cada célula do corpo vivo funciona para o maior bem do conjunto (999). Mesmo sendo prudente em sua comparação entre a sociedade e um organismo, não é senão na vida que Bergson encontra ligação comparável à que une o indivíduo à sociedade. De modo

que, “nesta sociedade instintiva devemos pensar, como a um semelhante da sociedade inteligente, se não desejamos nos engajar sem fio condutor na busca dos fundamentos da moral” (998). Mais ainda, é preciso remontar a um “instinto virtual”, mesmo que, “deste ponto de vista”, a obrigação perca seu caráter específico (998); enfim, tudo isto mostra que a vida é uma origem da moral.

Em todo caso, se há uma força denominada pressão na origem da obrigação, essa força, no entanto, pressupõe a liberdade. “Um ser somente sente-se obrigado se é livre, e cada obrigação, considerada à parte, implica a liberdade. Mas é necessário que haja obrigações” (999). Isso é compreensível uma vez que, mesmo sendo comparável a um instinto, a obrigação não deixa de estabelecer – mediante a inteligência que «a mantém resistindo a uma resistência» (1054) - um vínculo que liga o indivíduo consigo mesmo e com a espécie, pela sociedade. Liberdade e inteligência são deste modo constitutivos dos indivíduos socializados - mesmo que se considere apenas a “expressão mais simples da moral”.

Mas nossas sociedades civilizadas possuem uma semelhança fundamental com aquela a qual “estaríamos destinados imediatamente pela natureza”⁹ : são sociedades fechadas. Ora, o que são sociedades fechadas? Elas “têm por essência abranger a cada momento um certo número de indivíduos, e excluir os outros” (1000). Se no fundo da obrigação moral há a exigência social, isto é, o dever de respeitar a vida e a propriedade do outro, de qual sociedade estamos falando? “Tratar-se-ia dessa sociedade aberta que é a humanidade inteira?”. Sabemos o que a sociedade diz, mas não é preciso muito escutá-la, é preciso observar suas ações: “Ela diz que os deveres definidos por ela são, em princípio, deveres para com a humanidade, mas que em circunstâncias excepcionais, infelizmente inevitáveis, o exercício desses deveres encontra-se suspenso” (1001). Quer dizer, a coesão social, obtida pelo cumprimento dos deveres, prepara uma atitude e uma disciplina frente a um possível inimigo. Os momentos de paz não são, senão, uma preparação para a guerra. Enfim, a despeito de todas as suas aquisições, dos «séculos de civilização», a sociedade humana necessita deste instinto primitivo, tão ocultado e disfarçado por ela.

Este “instinto social” - base da obrigação social – “visa uma sociedade fechada”. Ele é recoberto por uma outra moral, a qual sustenta e dá

força, mas “ele mesmo não visa à humanidade. Pois entre a nação, por maior que ela seja, e a humanidade, há toda a distância do finito ao indefinido, do fechado ao aberto” (1001). Há uma diferença de natureza e não simplesmente de grau entre a sociedade em que vivemos e a humanidade em geral. Impossível passar de uma a outra ampliando nossa simpatia por um progresso contínuo, simpatia que, aliás, permaneceria a mesma, e que aos poucos abarcaria a humanidade inteira. Ademais, se há um amor natural e direto em relação a nossos pais e concidadãos, o amor à humanidade é ao contrário indireto e adquirido.¹⁰ Para chegarmos à humanidade “é preciso que, de um salto, nos transportemos mais além dela e que a tenhamos atingido sem tê-la tomado por fim, ultrapassando-a” (1002). Então, entraremos em contato com um outro gênero de obrigação, no qual a pressão social vai absorver-se¹¹. Isto é, uma outra moral, ou uma outra fonte da moral. Mas isto é assunto para outra ocasião.

Notas

- ¹ Além do aspecto que aqui tratamos, Bergson ainda refere-se à obrigação vinculada a uma “aspiração”, exercida pela ação de certos homens excepcionais e que se situa além de qualquer lei. Isto é, a moral em seu extremo superior. As referências à obra de Bergson são extraídas de: CEUVRES. Édition du Centenaire, textes annotés par André Robinet, introduction de Henri Gouhier. Paris: PUF, 1970. A referência ou citação a ela correspondente terá como notação apenas o número da página correspondente a esta edição.
- ² Se soubermos procurá-lo, afirma Bergson, «descobriríamos talvez na profundidade de nós mesmos «um equilíbrio de um outro gênero, mais desejável ainda que o equilíbrio superficial». Mas o esforço que faríamos para alcançar esta profundidade, «se ele é possível, é excepcional» (986). Pois «os atos livres são raros» como afirmava o Essai (110) e de certo modo toda obra de Bergson. Como vemos, em um outro nível, é a dialética entre o eu profundo e o superficial que é aqui retomada.
- ³ A sociedade é de tal modo imanente à linguagem humana que, «mesmo se ninguém está presente, mesmo se ele [o indivíduo] não faz outra coisa senão pensar, fala-se ainda a si mesmo» (987).
- ³ “Não se pode viver em família, exercer a profissão, ocupar-se dos mil afazeres da vida diária, fazer compras, passear na rua ou mesmo permanecer em casa, sem obedecer a prescrições e curvar-se a obrigações” (990).
- ⁴ Le Possible et le réel. Cf. (1333).
- ⁵ Em Les Deux Sources, a intervenção da inteligência ou da razão é sempre vinculada à função reguladora, ordenadora e mantenedora da «coerência lógica» entre as «regras ou máximas obrigatórias». A inteligência pesa as razões, «comparando as máximas, remontando aos princípios», colocando «coerência lógica numa conduta submissa, por definição, às exigências sociais». (994).

(993-994). «Vemos em que momento e em qual sentido, muito pouco kantiano, a obrigação elementar adquire a forma de um 'imperativo categórico» (995).

⁶ «A obrigação é uma necessidade com a qual se discute, e que se acompanha por consequência de inteligência e de liberdade» (1053).

⁷ «O natural é em grande parte recoberto pelo adquirido; mas ele persiste, mais ou menos imutável através dos séculos: hábitos e conhecimentos estão longe de impregnar o organismo e de transmitir-se hereditariamente...» (999).

⁸ Chegamos até ele por um desvio: Deus – por meio do qual a religião convida os homens a amar o gênero humano; e a Razão (uma vez que todos nós nela comungamos) - pela qual os filósofos nos fazem olhar a humanidade, nos mostrando «a dignidade da pessoa humana, o direito de todos ao respeito» (1002).

⁹ «Mas concebemos que, o que é primitivamente e puramente obrigatório sendo o que acabamos de dizer, a obrigação irradia-se, difunde-se, e vem mesmo absorver-se em algo que a transfigura» (1003).

Referência

BERGSON, H. OUVRES. **Édition du Centenaire**, textes annotés par André Robinet, introduction de Henri Gouhier. Paris: PUF, 1970.

Recebido em / Recieved in: 02/03/03
Aprovado em / Approved in: 05/05/03